



MDHC

MPI

IBGE

INMET

AGU

ANEEL

MINISTERIO DA SAUDE

MEC

Simulado Final

# CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

## BLOCO 3

Ambiental, Agrário e  
Biológicas - Pós-Edital

PREVIC

MJSP

ANTAO

ANS

MinC

GESTÃO gov.br

INMET

# Simulado

Simulado Final CNU-BT3 (Ambiental, Agrário e Biológicas)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 3 - Ambiental, Agrário e Biológicas** do CNU;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/mF6TexFruhMohAdS9>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

**CONHECIMENTOS GERAIS****POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

**01.** Na fase de implementação do ciclo de políticas públicas, um dos principais objetivos é garantir que a política seja aplicada conforme planejado, alcançando os resultados desejados. Qual das seguintes ações é essencial durante a fase de implementação para assegurar a eficácia da política pública?

- a) Revisão e ajuste das metas políticas baseadas em feedback político e social.
- b) Definição clara e articulada das políticas durante a fase de formulação.
- c) Coordenação entre os diversos níveis governamentais e agências envolvidas.
- d) Coleta e análise de dados para avaliação preliminar da política.
- e) Promoção de debates públicos para aumentar a conscientização sobre a política.

**02.** Theodore Lowi propôs uma tipologia para classificar as políticas públicas com base em seus efeitos sobre a sociedade e a natureza da intervenção governamental. Segundo Lowi, qual dos seguintes tipos de políticas é caracterizado pela distribuição de benefícios tangíveis a grupos específicos, com baixo nível de conflito, frequentemente levando a um alto grau de participação desses grupos no processo político, devido ao impacto direto percebido sobre seus interesses?

- a) Políticas regulatórias
- b) Políticas distributivas
- c) Políticas redistributivas
- d) Políticas constitutivas
- e) Políticas de comando e controle.

**03.** Políticas públicas são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, pois orientam a ação governamental e afetam a vida de todos os cidadãos. Qual das seguintes definições melhor encapsula o conceito de políticas públicas?

- a) Decisões e ações tomadas por governos locais que afetam apenas pequenas comunidades e não têm impacto em nível nacional.
- b) Estratégias e medidas adotadas exclusivamente por organismos internacionais para lidar com crises globais, sem intervenção dos governos nacionais.
- c) Conjunto de ações governamentais que visam resolver problemas específicos identificados pela administração pública, envolvendo desde a formulação até a avaliação de resultados.
- d) Processos administrativos rotineiros que ocorrem dentro de departamentos governamentais sem qualquer orientação estratégica ou objetivo claro.
- e) Atividades executadas por entidades privadas sob contrato com o governo, que não envolvem planejamento ou avaliação pelo setor público.

**DESAFIOS DO ESTADO**  
**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA**

*Nelma Fontana*

**04.** A respeito da democracia brasileira, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, instituiu um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) O Brasil adota como regime político a democracia indireta, segundo a qual, embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício só se dá por meio de representantes eleitos.
- c) Plebiscito e referendo são formas de consultas diretas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- d) A Constituição Federal permite que sejam realizadas concomitantemente às eleições municipais consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais, desde que sejam encaminhadas à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.
- e) A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a instituir um Estado Democrático de Direito.

**05.** Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

**DESAFIOS DO ESTADO****DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Géssica Ehle*

**06.** O setor de Recursos Humanos de uma empresa, ao fazer um treinamento com seus servidores procurou trazer como pauta os Direitos Humanos, a fim de desenvolver a evolução e o trazer a eles o conhecimento sobre Universalização dos direitos em um contexto de desigualdades.

Nos termos do Decreto no 7.037/2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, considerando o aprofundamento em um dos seus eixos orientadores e suas diretrizes, é possível afirmar que:

- a) A Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- b) A Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena efetivação é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- c) A efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- d) A promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público é uma diretriz que será estudada no treinamento.
- e) A transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal é uma diretriz que será estudada no treinamento.

**07.** Em 11 de Novembro de 2011 foi instituída a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente, ou seja, 1988, durante esse período foi concedida a anistia àqueles que foram atingidos, em decorrência da motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares.

Assim, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, bem como examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar, foi criada a mencionada comissão por meio da Lei nº 12.528/2011. Foram objetivos da Comissão Nacional da Verdade, EXCETO:

- a) Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos.
- b) Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional.
- c) Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.
- d) Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- e) Indiciar criminalmente os indivíduos que tenham violado os direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição vigente.

**ÉTICA E INTEGRIDADE***Antônio Daud*

**08.** Segundo disposto no Decreto 11.529/2023, devem ser objeto de divulgação no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal as seguintes informações, EXCETO:

- a) orçamento anual de despesas e de receitas públicas do Poder Executivo federal.
- b) licitações e as contratações realizadas pelo Poder Executivo federal.
- c) notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas.
- d) informações sobre os servidores públicos federais e sobre os militares, incluídos nome, detalhamento dos vínculos, remuneração e filiação a organização de caráter político.
- e) relação dos servidores da administração pública federal punidos com demissão, destituição ou cassação de aposentadoria.

**09.** Assinale a alternativa que CONTRARIA as regras legais sobre o Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, em que não há necessidade de mediação humana.
- b) Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais.
- c) No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, contado de sua ciência.
- d) É dever dos órgãos públicos realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, visto que tal forma de comunicação caracteriza direito subjetivo do usuário de plataformas digitais.
- e) Qualquer informação de transparência ativa é de livre utilização pela sociedade, como regra geral.

**DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203***Tiago Zanolla*

**10.** Helena, uma servidora no departamento de atendimento ao público, sempre se preocupou em seguir as normas éticas estabelecidas pelo serviço público. Ela reflete sobre os princípios descritos no Código de Ética para melhorar constantemente seu desempenho. Qual das seguintes ações de Helena é considerada exemplar segundo os princípios éticos?

- a) Helena ocasionalmente permite que as filas de espera se acumulem enquanto faz pausas mais longas, acreditando que pequenos atrasos não afetam significativamente o bem-estar dos usuários.
- b) Helena utiliza recursos do departamento para fins pessoais, justificando que seu trabalho extenuante justifica pequenas compensações.
- c) Em sua vida pessoal, Helena evita qualquer comportamento que possa refletir negativamente em sua função pública, mantendo uma conduta exemplar tanto no trabalho quanto fora dele.
- d) Helena segue rigorosamente as ordens de seus superiores, mas opta por não reportar pequenas irregularidades que observa, para manter um ambiente de trabalho harmonioso.
- e) Helena prefere resolver os problemas dos usuários de maneira rápida, mesmo que isso signifique omitir algumas informações para não complicar o processo.

### **TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Paolla Ramos*

**11.** Em 2013, Loomis foi condenado com auxílio do software COMPAS (Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions), um software privado, que funciona a partir de um algoritmo secreto, ao qual nem os juízes que o utilizam têm acesso. O software avaliou seu risco de reincidência e violência para determinar negativa de liberdade provisória e aumento da pena. A utilização de um algoritmo secreto em decisões judiciais levanta questões éticas e legais.

Com base no texto, entende-se que há um problema específico ligado à

- a) Transparência e explicabilidade algorítmica.
- b) Eficiência e velocidade do processo judicial.
- c) Conformidade do software com padrões internacionais de segurança.
- d) Capacidade do software de processar grandes volumes de dados.
- e) Interoperabilidade do software com outros sistemas judiciais.

### **DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE**

*Ricardo Torques*

**12.** O ECA (Lei 8.069/1990) estabelece ser direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar que:

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze) meses.
- b) Será vedada a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- c) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- d) Pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

**13.** Considere o seguinte texto: *“Asas para Todos é um programa estratégico da ANAC criado para fomentar a diversidade, a inclusão, a capacitação e a formação aeronáutica na aviação civil brasileira. A iniciativa integra o rol de ações do pilar social da Política de Sustentabilidade da Agência e foi idealizada para ampliar a participação de todas as camadas da população no setor da aviação civil. As atividades são direcionadas a estudantes de baixa renda, mulheres, profissionais da área, passageiros e servidores da Agência”*. Um dos pilares do programa é o de “Mulheres na Aviação”. Segundo o programa, *“Hoje, no Brasil, apenas 3,2% dos pilotos são mulheres e pouco mais de 10% dos engenheiros do setor são do sexo feminino. A ANAC tem avançado nas iniciativas em prol da equidade no transporte aéreo, com a assinatura de acordos internacionais, e confirma esse compromisso por meio de projetos desenvolvimentos especificamente para esse público.”*

A respeito do tema diversidade e inclusão e com base nos excertos do texto supracitado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a inclusão e a diversidade, basta o reconhecimento da igualdade formal.
- b) O referido programa viola a noção de igualdade, uma vez que privilegia as mulheres de forma indevida.
- c) O baixo índice das mulheres na aviação civil não justifica a criação do referido programa, sendo uma mera consequência dos méritos individuais.
- d) A Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, de modo que o programa é violador de norma constitucional.
- e) O referido programa é exemplo de obrigação positiva especial voltada a proteção de grupo vulnerável.

**14.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Sobre a população em situação de rua, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de grupo populacional homogêneo.
- b) Para assim se caracterizarem, a utilização dos logradouros públicos como espaço de moradia deve ocorrer de forma permanente.
- c) Não compreende a utilização de áreas degradadas como espaço de moradia.
- d) Possuem em comum vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.
- e) Não há, no decreto, um conceito da população em situação de rua.

### **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.**

*André Rocha*

**15.** Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Com a aproximação da COP-30, sediada no Brasil, o governo brasileiro alcança o protagonismo na discussão ambiental e de sustentabilidade. Na sexta-feira (12) e no sábado (13), o Governo Federal organizou a segunda reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20.

Representantes de 32 países e 18 organizações internacionais participaram de debates sobre adaptação climática e oceanos na sede do G20, em Brasília (DF).

Coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Relações Exteriores, o GT busca incentivar a cooperação na agenda ambiental, encontrar soluções para a emergência climática e promover o desenvolvimento sustentável.

‘O desafio que se impõe, diante da difícil realidade da mudança do clima, da perda de biodiversidade e dos intensos processos de desertificação é o de uma atuação transversal e planejada, baseada em robusto e articulado pacto entre governos, setores produtivo, acadêmico, científico e a sociedade civil’, discursou a ministra Marina Silva na abertura do encontro’.

Fonte: Brasil coordena reunião do G20 sobre mudanças climáticas. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/855593/brasil-coordena-reuniao-do-g20-sobre-mudancas-climaticas?d=1>



Sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, assinale a alternativa correta.

- a) A Agenda 2030 é um compromisso compulsório de cooperação internacional entre os países, os quais ficam sujeitos às sanções da Corte Internacional de Justiça em caso de descumprimento.
- b) O desenvolvimento sustentável busca a proteção do meio ambiente em detrimento da exploração econômica dos recursos naturais.
- c) O Brasil possui sua própria contribuição nacionalmente determinada a ser cumprida no âmbito do Acordo de Paris, a qual prevê que a redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025, em relação às emissões de 2005.
- d) O conceito legal de mudança climática brasileiro diz respeito à mudança no estado do clima que pode ser identificada por meio de testes estatísticos e que pode ser devida a processos naturais internos ou forçamentos externos.
- e) Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono, o nitrogênio e o metano.

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

*Herbert Almeida*

- 16.** O Estado Alfa adotou os procedimentos para cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sociedade de economia mista Gama, que pertence à União. Segundo o Estado, por se tratar de entidade de direito privado, não seria aplicável à empresa estatal o benefício da imunidade tributária recíproca.

A sociedade de economia mista Gama, contudo, informou que, por ser prestadora de serviços públicos, em regime de exclusividade, faz jus à imunidade tributária prevista na Constituição Federal.

Sobre o tema, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) o argumento da empresa estatal não procede, tendo em vista que a imunidade tributária somente se aplica às entidades de direito público.
- b) todas as empresas estatais prestadoras de serviços públicos gozam de imunidade tributária recíproca.
- c) o argumento da sociedade de economia mista é procedente, desde que não ocorra distribuição de lucros entre os seus acionistas.
- d) a imunidade tributária recíproca aplica-se a todas as entidades da administração pública.
- e) em razão do princípio da indisponibilidade, o instituto da imunidade tributária é inconstitucional.

17. Jorge é servidor federal e foi demitido em processo disciplinar, por fato também previsto na legislação penal.

Inconformado com o andamento do processo e aplicação da pena, Jorge buscou ajuda de advogado, relatando os seguintes fatos: (i) a denúncia apresentada foi anônima; (ii) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não fez exposição detalhada dos fatos imputados; (iii) ao longo do processo, a comissão processante pegou provas emprestadas produzidas no inquérito penal, mas que, a despeito da veracidade dos fatos apurados, foram coletadas de forma ilícita pela autoridade policial; (iv) a autoridade julgadora demorou quarenta dias para emitir a decisão do processo disciplinar; (v) a conduta que lhe foi imputada constava em artigo da Lei nº 8.112/1990 que previa a pena de demissão, mas Jorge pretendia questionar o mérito, alegando ter atuado como servidor exemplar ao longo da carreira, de modo que a sanção que lhe foi imposta foi desproporcional.

Considerando a situação hipotética acima e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o seu advogado respondeu corretamente que:

- a) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa, independentemente de sua licitude, em razão do princípio da verdade material que prevalece no processo administrativo.
- b) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, em virtude da presunção de prejuízo à defesa.
- c) Não é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, uma vez que o poder-dever de autotutela imposto à Administração não pode confrontar disposição expressa da Lei nº 8.112/1990, que exige que a denúncia seja identificada, nem a vedação constitucional ao anonimato.

d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

e) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990, mas o juízo competente não pode anular a pena sob alegação de desproporcionalidade.

## FINANÇAS PÚBLICAS

*Amanda Aires*

18. Qual das seguintes alternativas NÃO representa uma função tradicional do governo na economia?

- a) Fornecimento de bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura pública.
- b) Correção de falhas de mercado, incluindo externalidades negativas como a poluição.
- c) Distribuição de renda para promover a equidade social através de programas de assistência social.
- d) Regulação e supervisão de mercados financeiros para garantir estabilidade e transparência.
- e) Maximização dos lucros das empresas privadas através de intervenções diretas no mercado.

19. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a função de estabilização macroeconômica realizada pelo governo na economia?

- a) Implementar políticas para controlar a oferta total de dinheiro na economia.
- b) Promover o desenvolvimento de setores específicos da economia, como tecnologia e energia renovável.
- c) Estabelecer monopólios estatais em indústrias-chave para garantir a eficiência do mercado.
- d) Regular exclusivamente o comércio internacional para balancear a balança comercial.
- e) Oferecer garantias de empréstimo para empresas privadas sem considerar os riscos econômicos.

**NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO***Leandro Ravyelle*

**20.** A regulação nada mais é do que a ordenação das atividades econômicas. Assim, a regulação da atividade econômica e a neutralização dos fatores podem levar ao desequilíbrio de um sistema econômico, servindo, assim, para manter ou restabelecer o funcionamento do sistema econômico de modo equilibrado.

Acerca das funções econômicas do orçamento e da política fiscal no Governo brasileiro, assinale a alternativa incorreta

- a) Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas
- b) A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços
- c) A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda
- d) Os resultados da política fiscal podem ser avaliados sob diferentes ângulos, que podem focar na mensuração da qualidade do gasto público bem como identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos
- e) Resultado fiscal primário é o resultado da diferença entre receitas e despesas primárias, acrescido do pagamento líquido de juros

**EIXO TEMÁTICO 1****GESTÃO GOVERNAMENTAL***Stefan Fantini*

**21.** O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

**22.** O gerente de produção da empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY, fabricante de peças para smartphones, observou um aumento no número de peças fora dos padrões definidos. À vista disso, o gerente tem por objetivo monitorar continuamente as atividades, adotando um controle simultâneo.

Um exemplo de controle simultâneo seria:

- a) programa de manutenção preventiva
- b) inspeção de matérias-primas
- c) controle de qualidade das peças produzidas
- d) supervisão direta das atividades
- e) inspeção de insumos e equipamentos

**23.** Avaliar o desempenho das organizações é algo muito importante. Todas as organizações são sistemas de recursos que perseguem objetivos. Sendo assim, o desempenho de uma organização pode ser avaliado pela medida em que os objetivos são realizados.

Assinale a alternativa que apresenta o nome da dimensão associada ao atingimento dos objetivos, isto é, a medida de avaliação do alcance dos resultados.

- a) eficiência
- b) eficácia
- c) efetividade
- d) excelência
- e) economicidade

**24.** Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

**25.** O Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores elenca alguns critérios básicos (critérios centrais) que devem estar presentes para garantir a operacionalização dos indicadores. Um desses critérios prevê que os indicadores devem fornecer informações sobre as principais variáveis estratégicas e prioridades definidas de ações, produtos ou impactos esperados. Trata-se do conceito de:

- a) seletividade
- b) simplicidade
- c) representatividade
- d) comparabilidade
- e) estabilidade

**26.** De acordo com o Manual de Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública, os indicadores devem possuir algumas propriedades. Nesse sentido, são propriedades essenciais, EXCETO:

- a) utilidade
- b) validade
- c) confiabilidade
- d) disponibilidade
- e) simplicidade

**27.** Na estrutura funcional a autoridade do gerente do projeto é \_\_\_\_\_ e quem gerencia o orçamento do projeto é o \_\_\_\_\_.

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas, respectivamente:

- a) moderada a alta; gerente funcional
- b) baixa; gerente do projeto
- c) pouca ou nenhuma; gerente funcional
- d) baixa a moderada; gerente funcional e o gerente de projeto (misto)
- e) alta a quase total; gerente do projeto

28. De acordo com o Guia PMBOK, o gerenciamento do(da) \_\_\_\_\_ do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso. Indique a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) integração
- b) escopo
- c) custo
- d) qualidade
- e) riscos

29. Na matriz GUT, a \_\_\_\_\_ tem relação com grau de dano ou prejuízo que determinado problema poderá trazer à organização.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) gravidade
- b) urgência
- c) tendência
- d) anomalia
- e) grandiosidade

30. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a execução do que foi planejado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

## EIXO TEMÁTICO 2

### POLÍTICAS PÚBLICAS

*Stefan Fantini*

31. A avaliação que ocorre durante a implementação, para avaliar o “andamento” da política pública, sendo realizada para se adquirir mais “conhecimento” sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento da política, é chamada de:

- a) Avaliação Ex Post
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação In Itinere
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

**32.** Arranjos institucionais referem-se às estruturas organizacionais e aos mecanismos de governança que facilitam a implementação de políticas públicas. Qual das seguintes opções melhor descreve o impacto que arranjos institucionais eficazes podem ter sobre a implementação de políticas públicas?

- a) Permitem uma maior autonomia para atores não governamentais, reduzindo a responsabilidade do governo na gestão de políticas.
- b) Facilitam a coordenação entre diferentes níveis de governo e entidades privadas, aumentando a eficácia e a eficiência na execução de políticas.
- c) Limitam a participação pública no processo decisório, assegurando que decisões técnicas sejam tomadas sem interferência política.
- d) Concentram o poder decisório em uma única entidade, garantindo maior rapidez na tomada de decisões, mas com risco de reduzir a transparência.
- e) Enfatizam a descentralização e a fragmentação do processo decisório, para melhor adaptar as políticas às necessidades locais, porém podem causar inconsistências na política nacional.

**POLÍTICA AGRÍCOLA***Nicolle Fridlund*

**33.** A política agrícola encontra-se definida pela Lei nº 8.171/91, conhecida como Lei Agrícola, onde estão fixados os fundamentos, definidos os objetivos e as competências institucionais, bem como previstos os recursos e indicadas suas ações e instrumentos de realização. Sobre esse tema, leia as afirmativas abaixo e depois marque a alternativa incorreta:

- a) A defesa agropecuária é um dos instrumentos de política agrícola e tem como objetivos assegurar a sanidade das populações vegetais; a saúde dos rebanhos animais; a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.
- b) É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo.
- c) Um dos objetivos da política agrícola é de promover a centralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando o gerenciamento de ações no âmbito federal, para promover maior equalização dos diversos instrumentos às suas necessidades e realidades.
- d) Um dos pressupostos da política fundamenta-se em que a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade.
- e) Como atividade agrícola, para fins de aplicação da Lei da Política Agrícola, entende-se a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

**POLÍTICA NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DECRETO  
Nº 9.810/2019)**

*Andressa Lisboa*

**34.** Considerando os instrumentos que financiam a execução dos planos regionais e sub-regionais de desenvolvimento, bem como os programas e ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, analise as alternativas abaixo e assinale qual NÃO APRESENTA um dos instrumentos de financiamento previstos pela PNDR.

- a) Fontes de recursos internacionais
- b) Programas de desenvolvimento regional de bancos públicos federais
- c) Incentivos e benefícios de natureza creditícia
- d) Orçamento geral da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- e) Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

**AGRICULTURA FAMILIAR**

*Diego Tassinari*

**35.** “O Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares”. Sobre as linhas de financiamento do Pronaf, assinale a alternativa correta.

- a) O crédito de custeio se destina exclusivamente a cobrir as despesas normais dos ciclos de produção agrícola e da exploração pecuária.
- b) O crédito de investimento pode ser empregado para aquisição de veículos e embarcações, inclusive motocicletas, veículos de carga e veículos de passeio para maior segurança da família.
- c) O Microcrédito Produtivo Rural garante recursos financeiros para investimento e custeio a produtores rurais enquadrados no “B” de beneficiários.
- d) O crédito de industrialização para agroindústria familiar (Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar) financia a aquisição de máquinas e equipamentos para a instalação de agroindústrias de processamento de produção própria, enquanto a linha Pronaf Agroindústria garante recursos para a aquisição de matérias-primas, insumos, embalagens, processamento e comercialização de produção própria.
- e) Apesar de ter como um de seus princípios o estímulo a ações afirmativas que facilitem o acesso de mulheres, jovens e minorias étnicas, linhas de financiamento específicas nesse sentido ainda não foram estabelecidas no âmbito do Pronaf.

### **CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS**

*Cristhian Teixeira*

**36.** De acordo com as disposições da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (CIPV), conforme estabelecido pelo Decreto Nº 5.759, de 17 de abril de 2006, em relação às responsabilidades de uma organização nacional oficial de proteção fitossanitária (ONPF), analise os itens abaixo e assinale a opção correta

- I. Emitir certificados fitossanitários conforme a regulamentação fitossanitária do país importador para o envio de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados é uma das principais atribuições, visando garantir a conformidade com os requisitos internacionais de sanidade vegetal.
- II. A ONPF é encarregada de realizar a vigilância fitossanitária de vegetais cultivados e da flora silvestre, incluindo a inspeção de plantas e produtos vegetais em armazenamento ou em transporte, para informar sobre a presença e disseminação de pragas, além de controlá-las.
- III. A inspeção e, quando apropriado, a desinfestação ou desinfecção de cargas de plantas e produtos vegetais envolvidas no comércio internacional, não estão entre as responsabilidades da organização nacional de proteção fitossanitária, sendo atividades exclusivas de outras entidades reguladoras.

Está(ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) II.

### **POLÍTICAS TERRITORIAIS**

*Paulo Sousa*

**37.** No que se refere às definições estabelecidas pelo Estatuto da Terra: I - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades superiores às da propriedade familiar. II - "Imóvel Rural" é o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. III - Não se considera latifúndio o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado. IV - "Propriedade Familiar" é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área mínima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) Nenhuma das alternativas



**DECRETO Nº 4.887/2003 + DECRETO Nº  
1.775/1996 + 7.747/2012 + DECRETO Nº  
6.040/2007**

*André Rocha*

- 38.** No Brasil, há diversas normas que dispõem sobre comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e suas terras. Sobre os Decretos Federais nº 1.775/1996, nº 4.887/2003, nº 6.040/2007 e nº 7.747/2012, assinale a alternativa incorreta.
- f) A demarcação das terras indígenas é homologada mediante decreto.
  - g) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
  - h) O plano plurianual é instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
  - i) Desestimular o uso de agrotóxicos e monitorar a vedação do cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas é um dos objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).
  - j) A Fundação Cultural Palmares (FCP) realiza o procedimento de demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos no Brasil.

**LEI DE FLORESTAS PÚBLICAS (LEI Nº  
11.284/2006) + LEI DE CRIMES AMBIENTAIS  
(LEI Nº 9.605/1998)**

*André Rocha*

- 39.** O Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF), proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, contém o conjunto de florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no período em que vigorar, relacionando as unidades de manejo para fins de concessão florestal para fins de aplicação da Lei de Gestão das Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006).
- Sobre o PPAOF, é correto afirmar que
- a) seu prazo de vigência é de 10 (dez).
  - b) deve, em regra, considerar a exclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico.
  - c) somente pode ser alterado no período de renovação do prazo de vigência.
  - d) deve ser previamente apreciado Ministério das Relações Exteriores quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida na Constituição Federal.
  - e) somente pode ter a inclusão de novas áreas de florestas públicas sob o domínio da União no período de renovação do prazo de vigência.

## **POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

*Jonathan Roitman*

40. Conforme o DECRETO 10.534/2020, a Política Nacional de Inovação consiste em, exceto:

- a) No estabelecimento dos princípios, dos eixos, dos objetivos e das diretrizes de longo prazo que nortearão as estratégias, os programas e as ações do Governo federal que visam ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo, para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira
- b) Na instituição do referencial para identificar, priorizar e alinhar as iniciativas e as políticas de fomento à inovação do Governo federal e para orientar a formulação de medidas novas de fomento e de apoio à inovação
- c) Na estruturação de governança interministerial para articular, orientar, priorizar e acompanhar a ação governamental no fomento e no apoio à inovação
- d) No arcabouço político-jurídico de proteção à inovação, processo gerenciado pelo alto escalão governamental e destinado a garantir que o inventor receba todos os valores ajustados quando do licenciamento e concessão de propriedade intelectual
- e) No estabelecimento de diretrizes para monitorar e avaliar as políticas, os programas e as ações de fomento e de apoio do Governo federal à inovação

## **EIXO TEMÁTICO 3**

### **CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM NO MEIO RURAL**

*Diego Tassinari*

41. Os processos pedogenéticos que atuaram durante a formação de determinado solo deixam as suas marcas estampadas na morfologia do perfil desse solo. É justamente a partir da descrição e interpretação desses atributos morfológicos que os sistemas de classificação de solos são construídos e utilizados. Sobre os atributos morfológicos empregados na descrição e classificação do solo, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) A textura do solo representa a distribuição das partículas minerais por tamanho, enquadradas nas frações argila, silte e areia, refletindo o grau de desenvolvimento do solo, a influência do material de origem e a migração interna de partículas no perfil do solo.
  - b) A cor do solo se deve à ação de agentes pigmentantes como a matéria orgânica e óxidos de ferro, sendo a sua avaliação padronizada a partir do uso da Carta de Cores de Munsell, que indica a composição das cores quanto às componentes vermelho (R), verde (G) e azul (B), como no sistema RGB.
  - c) A descrição da estrutura do solo considera a presença ou não de agregados e descreve os agregados, quando presentes, quanto à sua forma, tamanho e grau.
  - d) A descrição da consistência do solo no campo envolve a avaliação em diferentes condições de umidade, para avaliação da tenacidade, friabilidade, plasticidade e pegajosidade, sendo fortemente influenciada pela textura do solo.
  - e) Devido à elevada atividade da fração orgânica, as características do solo passam a ser dominadas pela influência do material orgânico já a partir de teores não muito elevados de carbono orgânico, adotando-se o teor de 8% para definição de material orgânico.

**42.** Sobre o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, assinale a alternativa correta.

- a) O nível taxonômico mais elevado no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos corresponde ao Grande Grupo, que reúne solos similares a partir do predomínio dos mesmos processos de formação, sendo 13 ao todo.
- b) Os horizontes superficiais, pela influência direta que sofrem da matéria orgânica e dos organismos, não são empregados na classificação do solo, que utiliza os horizontes subsuperficiais por melhor representarem a expressão dos processos pedogenéticos.
- c) O horizonte B textural é definido a partir da presença de gradiente textural, definido como a relação entre o teor de argila no horizonte A pelo teor de argila no horizonte B, de forma que valores inferiores a 1,0 indicam enriquecimento em argila nos horizontes subsuperficiais.
- d) Os Espodossolos são definidos a partir do horizonte diagnóstico B espódico, que tem sua formação associada aos processos de hidromorfismo e calcificação.
- e) Os Cambissolos comumente ocorrem em condições de relevo mais declivoso, onde as taxas mais elevadas de erosão limitam o desenvolvimento do perfil do solo, que não evidencia a ação preponderante de nenhum processo pedogenético, sendo identificado pela presença de horizonte B incipiente.

**43.** A avaliação da aptidão agrícola das terras é um importante instrumento de planejamento territorial, permitindo compatibilizar a necessidade das culturas agrícolas com a oferta de recursos ambientais, de modo a garantir o uso do solo de acordo com as suas potencialidades. Sobre o sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras, julgue os itens.

- I) O sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras considera dois níveis de manejo, o primitivo e o desenvolvido.
- II) A aptidão agrícola das terras é avaliada quanto à deficiência de fertilidade do solo, deficiência hídrica, excesso de água, suscetibilidade à erosão e viabilidade de mecanização.
- III) Uma limitação do sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras é a consideração exclusivamente dos fatores ligados ao solo, desconsiderando a influência do clima, da vegetação e do relevo na potencialidade agrícola das terras.
- IV) A inclusão de diferentes níveis de manejo no sistema de avaliação da aptidão agrícola permite que uma mesma deficiência seja mais ou menos limitante dependendo do tipo de manejo adotado.
- V) O sistema de avaliação da aptidão agrícola é estruturado em grupos, subgrupos e classes de aptidão, que indicam a aptidão agrícola das terras (boa, regular, restrita ou inapta) para diferentes níveis de manejo e tipos de exploração das terras (lavouras, pastagens, silvicultura e áreas de preservação).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) III, IV e V.
- d) II, IV e V.
- e) IV e V.

44. Os fungos são os principais patógenos de plantas, provocando danos severos às lavouras e prejuízos à produção agrícola. Sobre os fungos patogênicos e as doenças causadas por esses organismos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O *damping-off* é uma doença causada por diversos patógenos, como *Rhizoctonia sp.*, *Fusarium sp.*, *Sclerotinia sp.*, dentre outros, sendo favorecida por condições de elevada umidade e temperaturas mais baixas.
- b) A ferrugem é a principal doença do cafeeiro, causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*, tendo como sintomas a presença de manchas cloróticas nas folhas, com formação de massas pulverulentas amareladas na sua face inferior.
- c) O brusone, causada pelo fungo *Pyricularia grisea*, é a principal doença que acomete a cultura do arroz, principalmente nas lavouras irrigadas por inundação, apesar dos danos causados serem limitados a lesões foliares e desfolha, não afetando os grãos.
- d) Os míldios são doenças causadas por patógenos que não correspondem a fungos verdadeiros, provocando danos severos quando as condições ambientais são favoráveis, com elevada umidade, molhamento foliar e temperaturas amenas.
- e) A gomose é uma das principais doenças fúngicas dos citros no Brasil, causada por diversas espécies de *Phytophthora sp.* que provocam podridão de raízes e tronco com exsudação de goma por ferimentos, sendo que a presença do patógeno nos vasos condutores também leva ao desenvolvimento de sintomas como amarelecimento de folhas e murcha.

## **FITOSSANIDADE E PRESENÇA DE PRAGAS**

*Cristhian Teixeira*

45. Dadas as informações sobre pragas quarentenárias conforme as Instruções Normativas nº 38 e 39 de outubro de 2018, avalie as seguintes afirmativas e assinale a opção que identifica corretamente as associações entre o agente patogênico/praga e a cultura afetada, bem como a distribuição geográfica de sua ocorrência.

- I. O *Candidatus Liberibacter spp.*, causador do Greening ou Huanglongbing (HLB), afeta culturas de citros em estados como São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Mato Grosso do Sul (MS) e Santa Catarina (SC).
- II. A *Pseudocercospora fijiensis* (*Mycosphaerella fijiensis*), agente causal da Sigatoka Negra, apresenta distribuição restrita somente aos estados do Acre (AC), Bahia (BA), Espírito Santo (ES), e São Paulo (SP), afetando a cultura da bananeira e algumas espécies de Heliconia.
- III. O *Anthonomus tomentosus*, conhecido como bicudo da acerola é considerada uma Praga Quarentenária Ausente.
- IV. A praga *Sternonchetus mangiferae*, também conhecida como broca da mangueira, afeta a culturas da manga (*Mangifera indica*) e está presente no estado do Rio de Janeiro (RJ).

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

46. Qual das seguintes afirmações melhor distingue uma praga quarentenária de uma praga não-quarentenária regulamentada (PNQR)?

- a) Ambas as pragas são consideradas de igual importância econômica para as áreas em risco, diferenciando-se apenas pelo tipo de cultivo afetado.
- b) Pragas quarentenárias são aquelas cuja presença é amplamente distribuída e aceita dentro de limites específicos de tolerância estabelecidos pela parte contratante importadora.
- c) PNQRs são aquelas cuja erradicação é sempre buscada, independentemente do impacto econômico conhecido ou previsto para a área em perigo.
- d) Pragas quarentenárias são de importância econômica potencial para uma área em perigo, podendo ser caracterizadas pela sua ausência, ou quando presentes não se encontrando amplamente distribuídas e sob controle oficial, enquanto que as PNQRs têm presença regulamentada devido a repercussões economicamente inaceitáveis em plantas para plantio.
- e) A distinção entre pragas quarentenárias e PNQRs reside exclusivamente nas medidas fitossanitárias aplicáveis, sendo as primeiras sujeitas a controle em qualquer via de ingresso e as segundas apenas em plantas para plantio.

47. Considerando as definições de Área de Baixa Prevalência de Pragas (ABPP) e Área Livre de Pragas (ALP), qual das seguintes afirmações melhor descreve a diferença fundamental entre esses dois conceitos no contexto de sanidade vegetal?

- a) ABPP e ALP são termos intercambiáveis que descrevem regiões onde medidas de controle de pragas são aplicadas para manter a ausência ou a presença mínima de pragas específicas.
- b) Uma ABPP é uma região onde uma praga específica não ocorre, enquanto uma ALP é uma região onde

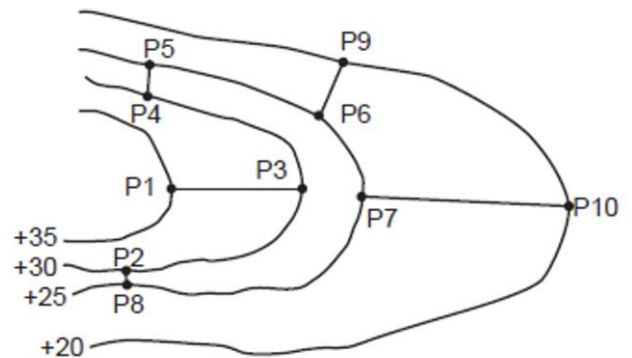
a praga ocorre, mas está sujeita a medidas efetivas de vigilância e controle.

- c) Em uma ALP, uma praga específica está presente, mas em níveis tão baixos que não justificam medidas de controle ou erradicação, ao contrário de uma ABPP, onde a praga é completamente ausente.
- d) A principal diferença entre ABPP e ALP reside na metodologia de vigilância empregada; ABPPs utilizam métodos de detecção precoce de pragas, enquanto ALPs dependem exclusivamente de medidas de erradicação.
- e) Uma ABPP é identificada quando uma praga específica ocorre em níveis baixos e está sujeita a medidas efetivas de vigilância, controle ou erradicação, enquanto uma ALP é uma área na qual uma praga específica não ocorre, conforme demonstrado por evidência científica.

## CARTOGRAFIA

*Alexandre Vastella*

48. Observe as curvas de nível a seguir:



Dentre os trechos assinalados, o que apresenta a inclinação mais íngreme é o

- a) P1 - P3
- b) P2 - P8
- c) P4 - P5
- d) P6 - P9
- e) P7 - P10

49. Existem basicamente duas estruturas para armazenar e representar dados espaciais em um sistema de informação geográfica.

A estrutura que promove um processamento mais rápido e eficiente de algoritmos de análises espaciais e que facilita simulações e modelagens é denominada

- a) vetorial.
- b) matricial.
- c) topológica.
- d) triangular.
- e) poligonal.

50. No mapa de escala 1:100.000, duas capitais estão separadas, em linha reta, pela distância de 5 cm.

A distância dessas capitais, medida em quilômetros e em linha reta, no terreno é

- a) 5
- b) 10
- c) 50
- d) 100
- e) 500

#### EIXO TEMÁTICO 4

#### PRÁTICAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MEIO RURAL

*Diego Tassinari*

51. A erosão hídrica é um processo de degradação do solo que provoca consequências negativas tanto localmente (*on-site*), com redução da fertilidade do solo, quanto em outros locais (*off-site*), como assoreamento, eutrofização e contaminação de cursos d'água. Sobre o processo de erosão hídrica, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A erosão laminar remove uniformemente camadas superficiais de solo, sendo por isso mais dificilmente notada, enquanto a erosão em sulcos decorre da ação do escoamento superficial concentrado.
- b) A erosividade da chuva representa o seu potencial de causar erosão, sendo indicado principalmente pelo índice EI30, que representa a energia cinética da precipitação com a intensidade máxima ocorrida em um período de 30 minutos.
- c) A erodibilidade do solo reflete a resistência dos agregados ao desprendimento, sendo afetada por fatores como textura, mineralogia, teor de matéria orgânica e permeabilidade.
- d) Apesar de ser um processo que ocorre naturalmente na superfície do planeta, o uso e manejo inadequados do solo podem acelerar a erosão hídrica, principalmente quando o solo é mantido descoberto pela incorporação ou queima dos restos culturais.
- e) O processo erosivo se inicia com a ação do escoamento superficial, removendo as partículas de solo e transportando-as para outros locais.

**52.** Sobre as práticas de conservação do solo e da água, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As práticas conservacionistas reduzem as perdas de solo por erosão apenas por promoverem a condução disciplinada do escoamento superficial.
- b) O emprego de pastagens, principalmente em solos mais declivosos, pode ser considerada uma prática conservacionista de caráter vegetativo quando bem manejadas.
- c) As características físico-hídricas do solo, como capacidade de retenção de água e permeabilidade, não afetam o processo de erosão hídrica, já que este ocorre na superfície.
- d) Apesar de aumentar a produtividade das lavouras, as práticas agrícolas de correção e adubação não contribuem para a redução das perdas de solo por erosão.
- e) O terraceamento é uma das práticas conservacionistas mais eficientes, conduzindo o escoamento superficial de modo a não atingir velocidades erosivas e dispensando o uso de outras práticas conservacionistas associadas.

**53.** A agricultura conservacionista engloba um conjunto de técnicas que buscam preservar, manter e recuperar os recursos naturais a partir do manejo integrado do solo, da água e da biodiversidade, permitindo a exploração racional dos recursos naturais sem comprometer as suas potencialidades para as gerações futuras. Dentre as alternativas abaixo, NÃO constitui um princípio da agricultura conservacionista:

- a) ampliação da biodiversidade do agroecossistema e diversificação da produção;
- b) exploração das terras com a máxima intensidade economicamente viável, adotando práticas de manejo que permitam maximizar a produção;
- c) redução ou eliminação de mobilizações do solo;
- d) manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas;

e) aporte de material orgânico ao solo em quantidade, qualidade e frequência compatíveis com a demanda biológica do solo.

**54.** A acidez ativa do solo, dada pelo seu pH, apesar de ser um dos menores componentes da acidez do solo tem um papel extremamente importante na disponibilidade de nutrientes. Sobre os efeitos do pH na disponibilidade de nutrientes, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O aumento do pH favorece a disponibilidade dos macronutrientes no solo.
- b) O efeito do pH sobre a disponibilidade de Ca e Mg se deve à presença desses nutrientes nos corretivos de acidez.
- c) A disponibilidade dos micronutrientes catiônicos é reduzida com o aumento do pH, pela formação de precipitados insolúveis.
- d) Devido à forte retenção do fósforo no solo, a sua disponibilidade aumenta continuamente com o aumento do pH.
- e) O aumento do pH reduz a disponibilidade dos micronutrientes aniônicos pela competição entre estes e os íons  $\text{OH}^-$ .

**55.** Sabendo que a recomendação de adubação para a implantação de uma lavoura perene é de  $80 \text{ kg ha}^{-1}$  de  $\text{P}_2\text{O}_5$  e  $24 \text{ kg ha}^{-1}$  de  $\text{K}_2\text{O}$ , qual deve ser a dose de superfosfato simples (20% de  $\text{P}_2\text{O}_5$ ) e cloreto de potássio (60% de  $\text{K}_2\text{O}$ ) aplicada por cova de plantio, sabendo que o espaçamento adotado é de 2,5 m entre linhas e 0,5 m entre plantas.

- a) 100 g/planta de superfosfato simples e 10 g/planta de cloreto de potássio
- b) 100 g/planta de superfosfato simples e 3 g/planta de cloreto de potássio
- c) 30 g/planta de superfosfato simples e 3 g/planta de cloreto de potássio
- d) 50 g/planta de superfosfato simples e 10 g/planta de cloreto de potássio
- e) 50 g/planta de superfosfato simples e 5 g/planta de cloreto de potássio

56. O preparo do solo engloba diversas operações de mobilização e revolvimento realizadas antes da implantação das lavouras, visando ao seu estabelecimento e desenvolvimento adequados. Sobre os sistemas de preparo do solo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O cultivo mínimo corresponde ao sistema de preparo de solo em que são comumente realizadas uma operação de aração seguida de duas operações de gradagem.
- b) A semeadura direta busca a redução do número de operações de revolvimento do solo, limitado a uma operação apenas de preparo secundário.
- c) O sistema de preparo convencional do solo envolve a prática de preparo periódico do solo empregando apenas implementos de preparo secundário.
- d) O sistema plantio direto se baseia nos princípios de não revolvimento do solo, rotação de culturas e cobertura permanente do solo com plantas ou palhada.
- e) A enxada rotativa é um implemento empregado no preparo de sulcos de plantio para a instalação de lavouras perenes.

57. A coluna a seguir apresenta diferentes métodos de irrigação.

- I) Irrigação por superfície
- II) Irrigação por aspersão
- III) Irrigação localizada

Relacione os métodos indicados na coluna anterior aos diferentes sistemas de irrigação da coluna a seguir e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) gotejamento
- ( ) pivô central
- ( ) sulcos
- ( ) autopropelido

( ) microaspersão

( ) inundação

( ) carretel enrolador

a) III - II - I - II - III - I - II

b) III - I - II - I - II - III - II

c) III - II - I - II - II - I - II

d) II - II - I - III - II - III - I

e) II - III - I - II - III - II - I

**POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS (LEI Nº 9.433/1997 E  
ALTERAÇÕES). USOS PRIORITÁRIOS DA  
ÁGUA, DESSEDENTAÇÃO DE ANIMAIS**

*André Rocha*

**Leia o texto a seguir para responder às questões 58 a 60.**

“Garantir o acesso à água de qualidade a todos os brasileiros é um dos principais desafios para os próximos gestores do país. Culturalmente tratado como um bem infinito, a água é um dos recursos naturais que mais tem dado sinais de que não subsistirá por muito tempo às intervenções humanas no meio ambiente e às mudanças do clima.

(...)

Em várias regiões do país, já são sentidos diferentes impactos, como escassez, desaparecimento de nascentes e rios, aumento da poluição da água. Os especialistas alertam que os problemas podem se agravar se não forem tomadas medidas urgentes e se a sociedade não mudar sua percepção e comportamento em relação aos recursos naturais.

(...)

Outro problema que leva à escassez de água é a estrutura precária de saneamento. Considerando as metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário, uma das principais preocupações com relação à água é garantir a universalização do saneamento.

(...)



Para evitar o agravamento da situação, é necessária uma evolução do ponto de visto ético e moral e não somente científico e tecnológico. 'A mudança do clima é a maior falha de mercado da espécie humana, porque é algo em que a inteligência estratégica de sobrevivência do ser humano não funcionou e continua errando de forma insistente. E qual a consequência disso? E você ter o crescimento de conflitos que já estão estabelecidos, como disputa por água, energia e espaço, aumento de refugiados'."

Fonte: A água no Brasil: da abundância à escassez. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/agua-no-brasil-da-abundancia-escassez>

**58.** Sobre recursos hídricos e escassez no Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Brasil possui doze regiões hidrográficas que passam por diferentes desafios para manter sua disponibilidade e qualidade hídrica.
- b) Devido à abundância hidrográfica na maior parte do Brasil, os problemas de falta d'água se concentram geograficamente no sertão nordestino.
- c) Uma das principais causas para a crise hídrica é o uso inadequado do solo.
- d) No Brasil, a agropecuária é a atividade que mais consome água.
- e) No Brasil, a gestão dos recursos hídricos é descentralizada e conta com a participação inclusive de usuários de água.

**59.** Analise os itens a seguir.

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.

Constituem objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- a) Somente I, II e IV.
- b) Somente I e IV.
- c) Somente II, III e IV.
- d) Somente I, II e III.
- e) I, II, III e IV.

**60.** Fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, exceto:

- a) Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- b) Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
- c) Comitês de Bacia Hidrográfica.
- d) Agências de Água.
- e) Órgãos ambientais licenciadores dos estados, distrito federal e municípios.

## EIXO TEMÁTICO 5

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TEMAS CORRELATOS

*André Rocha*

**61.** No Brasil, a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente exige estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).

É correto afirmar que o RIMA

- a) deve ser fornecido em pelo menos três cópias.
- b) substitui o EIA em procedimentos simplificados de licenciamento ambiental.
- c) apresenta linguagem técnica que embasa a decisão do órgão ambiental licenciador

- d) apresenta a recomendação quanto à alternativa mais favorável do projeto.
- e) protege o sigilo industrial, devendo suas cópias permanecer sob proteção do órgão ambiental.

### **INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – REGULAMENTAÇÃO BÁSICA**

*Nicolle Fridlund*

**62.** O controle sanitário dos alimentos é de responsabilidade dos estabelecimentos produtores, garantindo a aplicação de medidas e práticas corretas higiênico-sanitárias durante todo o processo de produção, utilizando-se de ferramentas de controle para evitar a veiculação de patógenos e outros perigos à população pelos alimentos decorrentes de práticas inadequadas. Sobre os controles realizados nos estabelecimentos de produtos de origem animal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A adoção das Boas Práticas de Fabricação (BPF) tem sido amplamente recomendada pelo *Codex Alimentarius* como um pré-requisito significativo à segurança dos alimentos. Conforme o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal - RIISPOA, as Boas Práticas de Fabricação compreendem procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento evita a contaminação direta ou cruzada do produto e preserva sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações.
- b) No Brasil há dois setores da Administração Pública que atuam mais diretamente no controle sanitário de alimentos: o setor da agricultura através do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o setor da saúde, através da ANVISA. Nesses dois setores, a execução do controle de alimentos

compreende as esferas federal, estadual e municipal.

- c) Para garantir produtos de origem animal que não sejam prejudiciais à saúde e o cumprimento das legislações nacional e estrangeira, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/MAPA conta com os Serviços de Inspeção Federal – SIF, atuantes junto a cada estabelecimento registrado.
- d) Sempre que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não possuem uma legislação própria, terão que atender a legislação federal.
- e) Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem implantar a Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC em seus processos produtivos, que compreende um sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal, ou outra ferramenta equivalente.

**AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA.  
SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA E  
AGROECOLÓGICA**

*Diego Tassinari*

- 63.** O Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC foi instituído pelo Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019, com a finalidade de melhorar a qualidade e a disponibilidade de dados e informações sobre riscos agroclimáticos no Brasil, com ênfase no apoio à formulação, ao aperfeiçoamento e à operacionalização de programas e políticas públicas de gestão. Sobre o ZARC, assinale a alternativa CORRETA.
- a) O ZARC é uma ferramenta para planejamento das operações agrícolas de plantio e para definição dos locais com aptidão para determinada cultura ou cultivar, porém não tem sido empregado na definição de outras políticas públicas voltadas ao setor agropecuário.
  - b) Devido ao elevado risco de déficit hídrico na agricultura de sequeiro, os parâmetros de risco climáticos adotados no âmbito do ZARC refletem unicamente a disponibilidade de água para as culturas.
  - c) A disponibilidade hídrica para avaliação do risco climático é definida em função da precipitação acumulada anual e mensal.
  - d) A capacidade de água disponível do solo para determinação dos parâmetros de risco climático a partir do balanço hídrico é definida a partir da granulometria do solo.
  - e) O acúmulo de horas de frio é um parâmetro de risco climático relacionado à probabilidade de ocorrência de geadas.

- 64.** De acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para sua comercialização, os produtos orgânicos devem ser certificados por organismos de avaliação da conformidade reconhecidos oficialmente. Sobre o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, assinale a alternativa CORRETA.
- a) É proibida a comercialização de produtos orgânicos sem a respectiva certificação emitida por um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica-OAC.
  - b) O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica inclui dois mecanismos de certificação para garantia da conformidade orgânica, os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica-OAC e os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade-OPAC.
  - c) Na Certificação por Auditoria, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realiza o credenciamento e a acreditação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica-OAC, que emitem o Certificado de Conformidade Orgânica com validade de 18 meses para produtos, estabelecimentos produtores e comercializadores.
  - d) Os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica representam um controle menos rigoroso do processo de certificação, por isso os produtos certificados por esse sistema não podem exibir o selo que atesta a qualidade orgânica.
  - e) produtos com 70 a 95% de ingredientes orgânicos podem ser identificados com o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e com a indicação de "PRODUTO ORGÂNICO" no rótulo.

**PADRÕES DE QUALIDADE E  
CLASSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM  
VEGETAL E CERTIFICAÇÕES**

*Cristhian Teixeira*

**65.** Considerando as normativas sobre a certificação fitossanitária de partidas de plantas ou produtos vegetais, avalie as afirmações a seguir e marque a opção correta:

- I. O Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e o Certificado Fitossanitário Consolidado (CFOC) são documentos emitidos exclusivamente por Engenheiros Agrônomos ou Florestais com registro profissional no conselho de classe, com o objetivo de atestar a condição fitossanitária da partida de plantas ou produtos vegetais, assegurando que estas cumprem com as normas de sanidade vegetal estabelecidas no país de origem.
- II. O Certificado Fitossanitário (CF) é um documento oficial que confirma o cumprimento dos requisitos fitossanitários estabelecidos pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) do país importador, sendo emitido pela Unidade de Produção (UP) após verificação do responsável técnico habilitado.
- III. Para partidas de plantas ou produtos vegetais que são importados pelo Brasil e posteriormente reexportados a um terceiro país, o Certificado Fitossanitário de Reexportação (CFR) é o documento que atesta a condição fitossanitária, garantindo a conformidade com as normas internacionais de sanidade vegetal.
- IV. A Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) é um documento necessário para o trânsito interno de partidas de plantas ou produtos vegetais dentro do território nacional, e deve ser emitido pela Unidade de Consolidação (UC) com a supervisão de um

responsável técnico habilitado, facilitando a posterior emissão do CF e do CFR, quando aplicável.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**DECRETO 9.013/2017 E DECRETO Nº  
5.741/2006, E ALTERAÇÕES E LEIS Nº  
1.283/1950 LEI NO 7.889/1989**

*Nicolle Fridlund*

66. O Decreto nº 9.013/2017 dispõe sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - RIISPOA, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Sobre os sistemas de inspeção brasileiros e a sua importância para a inocuidade dos produtos de origem animal comercializados no Brasil e exportados para outros países, analise as alternativas abaixo e assinale a incorreta:

- a) O registro de estabelecimento (chancela do Serviço de Inspeção Federal - SIF) aplica-se para todos os estabelecimentos de produtos de origem animal que desejam realizar o comércio interestadual (nos casos não inseridos no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA) ou internacional.
- b) O RIISPOA e as normas que o complementam têm por objetivo a racionalização, a simplificação e a virtualização de processos e procedimentos.
- c) A inspeção e a fiscalização nos estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem comércio interestadual poderão ser executadas pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que haja reconhecimento da equivalência dos respectivos serviços junto ao MAPA, conforme o disposto na legislação específica do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de acordo com o disposto na Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e na Lei no 9.712, de 20 de

novembro de 1998.

- d) Como estabelecimento de produtos de origem animal, sob inspeção federal, entende-se qualquer instalação industrial na qual sejam abatidos ou industrializados animais produtores de carnes e onde sejam obtidos, recebidos, manipulados, beneficiados, industrializados, fracionados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados, rotulados ou expedidos, com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados ou os produtos de abelhas e seus derivados, excluindo-se os estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal.
- e) Como equivalência de serviços de inspeção entende-se a condição na qual as medidas de inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes serviços de inspeção permitam alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos.

## **AGRICULTURA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

*André Rocha*

**Leia o texto a seguir para responder às questões 67 e 68.**

“O Brasil, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), participou nesta segunda-feira (15) da oficina regional para América Latina, Caribe e América do Norte que apresentou modalidades de apoio para a elaboração dos relatórios bienais de transparência e o reforço da capacidade institucional e dos sistemas nacionais de elaboração de relatórios para a implementação da Estrutura Fortalecida de Transparência, prevista pelo Artigo 13 do Acordo de Paris, e no fornecimento de orientações. O evento em formato digital foi promovido pelo Secretariado da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC).

Na ocasião, o coordenador-geral de Ciência do Clima do MCTI, Márcio Rojas, destacou que mesmo com experiência em produzir as Comunicações Nacionais e os Relatórios de Atualização Bial (BUR), a Estrutura Fortalecida de Transparência do Acordo de Paris demandará esforços adicionais para a institucionalização de sistemas e processos para atender a frequência e a qualidade das informações solicitadas.

‘O Brasil acredita fortemente que o financiamento apropriado, a transferência e o desenvolvimento de tecnologia, e o suporte para a construção de capacidades são críticos para que os países em desenvolvimento cumpram adequadamente os requisitos de relatório da Convenção do Clima e implementar a Estrutura Fortalecida de Transparência’, afirmou Rojas.

Na abertura, o diretor da divisão de transparência do Secretariado da UNFCCC, Donald Cooper, afirmou que ‘este é o ano dos Relatórios Bienais de Transparência’. O diretor referiu-se ao prazo que se encerra em dezembro deste ano para que todos os países signatários do Acordo de Paris apresentem o primeiro Relatório Bial de Transparência.

O documento, cuja elaboração no Brasil é coordenada pelo MCTI, vai avaliar os progressos de implementação e

atingimento das metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), financiamento recebido e necessário, além do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa (GEE), entre outras informações.

No evento, foram apresentados o apoio e o suporte disponíveis para os países em desenvolvimento. Programas globais de aceleração da transição, providos por agências da ONU e pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, apresentaram modalidades de apoiar os países em desenvolvimento para acelerar a transição em transparência.

De acordo com os dados apresentados pelo Programa para o Meio Ambiente da ONU (UNEP), o Brasil está entre os 74 países que estão em transição para as ferramentas de transparência do Acordo de Paris. Em 2023 iniciou a execução do projeto de cooperação internacional para produzir a Quinta Comunicação Nacional e os Relatórios Bienais de Transparência. Anteriormente, o país já submeteu quatro Comunicações Nacionais e outros quatro Relatórios de Atualização Bial (BUR). ‘Isto demonstra o engajamento com os compromissos de relatórios de transparência e também evidencia a experiência na preparação de projetos, implementação e efetiva transparência financeira na execução de projetos’, afirmou Rojas.”

Fonte: Brasil aponta desafios para implementar regras de transparência do Acordo de Paris. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/04/brasil-aponta-desafios-para-implmentar-regras-de-transparencia-do-acordo-de-paris>

**67.** Sobre o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinale a alternativa incorreta.

- Prevê que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) devem ser atualizadas a cada 10 (dez) anos.
- Busca manter o aumento da temperatura média global em bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.
- Busca aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima.
- Busca tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de

baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.

e) Terá a próxima revisão das NDCs em 2025, na COP-30, em Belém do Pará.

**68.** O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Sobre o ZEE, julgue os itens a seguir.

I – Deve valorizar o conhecimento científico multidisciplinar.

II - O Poder Público Federal deve reunir e compatibilizar em um único banco de dados as informações geradas em todas as escalas dos ZEEs, mesmo as produzidas pelos Estados.

III - Os produtos resultantes do ZEE devem ser armazenados em mapas físicos a serem disponibilizados aos interessados mediante solicitação por escrito.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

## **REFORMA AGRÁRIA**

*Guilherme Tomasoni*

**69.** A Lei Federal n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. De acordo com a referida norma, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado.
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- V - manutenção e/ou regulação das áreas de reserva legal da propriedade rural.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, III, IV e V, apenas.
- d) I, II, III e IV, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO  
TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS  
INDÍGENAS - PNGATI (DECRETO Nº  
7.747/2012 E ALTERAÇÕES)**

*André rocha*

**70.** O Decreto nº 7.747/2012 institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que tem o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Segundo a referida norma, o Eixo 5 da PNGATI (uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas) possui como um de seus objetivos:

- a) apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis.
- b) apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnoscience e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental.
- c) promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI.
- d) promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas terras indígenas.
- e) promover a participação de homens e mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implementação da PNGATI.





## Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as terras indígenas. No seu texto, aborde:

- a) A quem pertencem as terras tradicionalmente ocupadas por índios?
- b) O que são as chamadas “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”?
- c) Explique as duas teorias aplicáveis à demarcação de terras indígenas. Qual a posição atual do STF?
- d) Explique as questões sociológicas e antropológicas envolvidas na demarcação das terras indígenas.

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

[Correção de Redação](#)

---

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---